

Contribuciones

Antropologia e compromisso

Moacir Palmeira

moapalm@gmail.com

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2020

Durante os anos 50 do século passado, as lutas sociais no campo tornaram-se muito importantes no cenário político brasileiro. Se, durante os anos 30, os operários urbanos foram tendo direitos reconhecidos e conseguiram, no final daquela década, que fosse estabelecida a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os trabalhadores do campo, a maioria dos quais ex-escravos ou filhos de escravos, continuava sem direitos reconhecidos. Isso significava que os proprietários de terra, para quem trabalhavam, não tinham limites estabelecidos (jornada de trabalho, ritmo de trabalho, remuneração em dinheiro, etc.) para as relações de trabalho.

Houve, durante a Constituinte de 1946, tentativas de estender aos trabalhadores rurais os direitos dos urbanos e dois projetos de reforma agrária para o país, mas que não tiveram aprovação. A partir daí, as manifestações de protesto de diferentes grupos de trabalhadores do campo começaram a aparecer em várias partes do país, sobretudo naquelas áreas onde prevaleciam grandes plantações e agroindústrias voltadas para a exportação ou naquelas onde havia terras não ocupadas, que poderiam oferecer uma alternativa para os que viviam do trabalho na terra.

Antes mesmo de entrar para a universidade, desenvolvi um grande interesse por essas lutas. E, uma vez na universidade, dediquei boa parte de meus estudos, dos trabalhos de curso que fiz, e dos trabalhos de pesquisa de que

participei, dentro e fora da Escola de Sociologia da PUC-RJ e no Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia, nessa direção.

A graduação concluída no final de 1964, candidatei-me em 1966 a uma bolsa de estudos na França, associada a uma pesquisa sobre estrutura agrária que seria feita em vários países latino-americanos e fui aprovado. Em novembro daquele ano, apresentei-me no Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, em Paris, e fui surpreendido com a informação de que a pesquisa fora suspensa mas que a bolsa estava mantida. Dialogando com o Diretor, Prof. Pierre Monbeig, acabei aceitando permanecer em Paris e inscrever-me para o doutorado na Ecole Pratique des Hautes Études.

Afastada a perspectiva de trabalho de campo, abandonei o tema de meu projeto pessoal (“As implicações políticas do desenvolvimento do capitalismo no meio rural brasileiro”) e resolvi transformar em objeto da tese a ser feita o debate, quase secular, sobre o modo de produção predominante no campo brasileiro. Tomando como referência as obras de Louis Althusser e Pierre Bourdieu, com seus conceitos de “campo ideológico” e “campo intelectual”, percebi que o debate remetia a posições e a mudanças de posição política dos autores e de seus grupos, me dando conta da especificidade dos “engenhos de açúcar” e de outros tipos de latifúndio que se implantaram durante o período colonial e ainda predominantes no campo brasileiro no século XX (“escravista” para alguns; “feudal” para outros; “capitalista” para outros tantos) e esboçando caminhos para melhor entendimento do campo brasileiro. A tese “Latifundium et Capitalisme: Lecture Critique d'un Débat” foi concluída em meados de 1969 mas só viria a ser defendida no início de 1971 por eu haver assumido um compromisso com Roberto Cardoso de Oliveira, que criara o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, de trabalhar no projeto de pesquisa “Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional: Nordeste e Centro-Oeste”, uma comparação entre a região de colonização mais antiga e aquela de ocupação mais recente, coordenada por ele e por David Maybury-Lewis. Francisca Keller ficou como sub-coordenadora no Centro-Oeste e eu como sub-coordenador no Nordeste.

Além de acompanhar o que já estava sendo feito no Nordeste por pesquisadores/professores e mestrandos do PPGAS, comecei a organizar uma equipe de pesquisa com alunos e alguns colegas para cobrir toda a rede de posições e oposições sociais conhecidas ou de que iríamos tomar conhecimento ao longo da pesquisa. Concentramos nossas pesquisas na “zona da mata” do estado de Pernambuco, onde foram plantados canaviais e construídos engenhos de açúcar desde o período colonial, substituídos no

início do século XX por usinas de açúcar e transformados em fornecedores de cana para elas (fornecedores que continuaram socialmente conhecidos como senhores de engenho). Como sabíamos que havia diferenças, na zona canavieira, que pretendíamos estudar, entre a “mata norte”, onde a cana de açúcar coexistia com outros cultivos, e a “mata sul”, onde praticamente só víamos cana, procurei distribuir os pesquisadores entre as duas áreas. Eu mesmo trabalhava nas duas áreas sobre a questão da competição entre os “barracões de engenho”, onde se abasteciam os “moradores de engenho” (o que fazia com que, comprando a crédito, não tivessem acesso a dinheiro, o que os deixava numa total dependência do proprietário) e as “feiras”, que até então eram muito fracas na região e haviam passado a ter importância.

O andamento do projeto na Zona da Mata foi gerando novas investigações¹ mesmo depois de encerrado aquele projeto de Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis, através de pequenos financiamentos individuais obtidos por pesquisadores junto a fundações ou outras organizações sociais. E ganharia nova força a partir de 1975 quando, sob o título “Emprego e Mudança Sócio-Econômica”, seria estendido para outras regiões e estados do Nordeste, gerando novos produtos intelectuais.

Mas a maior surpresa que tivemos desde a chegada à Zona da Mata de Pernambuco em 1969, no auge da repressão ditatorial, foi encontrarmos a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) e vários de seus Sindicatos de Trabalhadores Rurais ativos, enfrentando a violência patronal e a repressão militar. Não se passava muito tempo e sindicatos sofriam novas intervenções, trabalhadores e sindicalistas eram presos, o que não os fazia deixar de defender os seus direitos. Preocupavam-se também com a segurança dos pesquisadores, sugerindo algumas vezes que nos afastássemos do município por certo tempo.

Essa aproximação vivida por todos nós que prolongamos nossas pesquisas de campo fez com que, em meados dos anos 70, eu recebesse do então presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), José Francisco da Silva, que, em 1968, havia derrotado o ex-interventor, um convite para trabalhar em Brasília (DF) em cursos oferecidos pela Confederação a dirigentes e delegados sindicais dos estados. Em 1977, participei, pela primeira vez, desses cursos, dados por assessores, entre outros, por uma ex-aluna minha do PPGAS.

1 Para detalhes dessas investigações, ver Palmeira, 2014 e 1976.

Convidado a continuar, consegui que a Universidade me passasse das 40 horas semanais para um regime de 20 horas. Assim segui até o final dos anos 1980. Com uma diferença: a contribuição aos cursos da CONTAG tornou-se eventual. Passei a assessorar a diretoria em reuniões sindicais, eventualmente acompanhar diretores em viagens, dar assessoramento eventual a alguma federação, além de fazer pesquisas, elaborar ou participar da elaboração de documentos, escrever artigos, cooperar em greves, etc.

Meu envolvimento com a pesquisa também não desapareceu durante o período de um ano (julho de 1985 a julho de 1986) em que, naquele início do processo de redemocratização, estive à frente da Diretoria de Recursos Fundiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por indicação da CONTAG, em que os contatos constantes com trabalhadores rurais de diferentes estados e com outros movimentos sociais, sindicais ou não, envolvidos em conflitos de terra por todo o país, levaram-me a dar continuidade à busca de novos conhecimentos sobre as relações sociais no campo, com a contribuição de funcionários e de pesquisadores com quem eu já trabalhava na Universidade.

De volta à CONTAG, dei continuidade aos trabalhos já mencionados, mas uma nova frente se abriu. O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais havia começado a se fazer presente em atividades político-eleitorais por todo o país e o anúncio das eleições para uma Assembléia Nacional Constituinte Nacional e Assembléias Constituintes Estaduais levou-o a lançar candidatos sindicalistas em todos os estados.

O resultado foi decepcionante: apenas um único candidato fora eleito. Foi feita uma enorme assembléia em Brasília, reunindo Federações, dirigentes sindicais de municípios que haviam lançado candidatos e os próprios candidatos. Para a maioria deles, havia sido surpreendente, uma vez que suas reuniões e comícios, na maior parte dos municípios, superavam aquelas dos políticos tradicionais.

Consultando meus “cadernos de campo” da época e alguns dos sindicalistas mais próximos, resolvi começar a fazer pesquisas sobre eleições. Em parceria com a colega Beatriz Maria Alasia de Heredia, em Pernambuco, estado onde já fazíamos pesquisas havia duas décadas, e no Rio Grande do Sul, no extremo sul do país, começamos acompanhando eleições municipais na entrada dos anos 90. As surpresas foram muito grandes, o que nos fez deslocar nossas pesquisas principais para a política.

Na mesma época, voltei a dar tempo integral ao PPGAS-MN, onde continuamos fazendo pesquisas na área rural, mantendo a comunicação com a CONTAG, Federações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os últimos sendo um dos focos principais das pesquisas sobre eleições.

Nessa época, vários colegas do PPGAS e de outros programas de pós-graduação de universidades federais também estiveram voltados para o estudo da política. Isso nos levou, no final dos anos 90, junto com pesquisadores de Brasília (DF) e Fortaleza (CE) a criarmos o Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), conseguindo recursos da FINEP e do CNPq para investigações em diferentes partes do Brasil até 2007.²

Os estudos sobre política não impediram que continuássemos a trabalhar sobre os temas que já tínhamos visitado. Ao contrário, nos anos 2000 estendemos a temática das transformações da área canavieira e de outras áreas do Nordeste em pesquisas sobre mudanças mais recentes que observamos em diferentes regiões do país. Associados a colegas do CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e do IFCS da nossa própria universidade, fizemos estudo envolvendo diferentes estados brasileiros sobre assentamentos de reforma agrária.³ No final da primeira década deste século, partimos, com a mesma parceria e incluindo muitos estudantes, para uma pesquisa em três regiões do país sobre o agronegócio, que se estendeu até recentemente e que deu lugar a muitas dissertações, teses e publicações.⁴

Atividade importante para nós todos, também na primeira década deste século, foi o projeto “Memória Camponesa”, que consistiu em uma série de seminários, realizados em nove estados brasileiros⁵, envolvendo lideranças camponesas do período anterior ao golpe militar e do período ditatorial. Todas as reuniões foram gravadas e filmadas. Resultaram em documentários

2 Na coordenação inicial do NuAP, estivemos eu e José Sergio Leite Lopes, no Rio de Janeiro, Mariza Peirano (Universidade de Brasília) e César Barreira (Universidade Federal do Ceará). O NuAP continua em atividade, agregando numerosos pesquisadores de diferentes universidades do país, com temática diversificada e fontes de recursos variadas. Para mais informações, ver o site do NuAP: <http://nuap.etc.br/en/home/>

3 Cf. Leite, Heredia, Medeiros, Palmeira e Cintrão, 2004. Cf. também, entre outros produtos, Leite, Heredia, Medeiros, Palmeira e Cintrão, 2007, e Leite, Heredia, Medeiros, Palmeira e Cintrão, 2006.

4 Cf., dentre outros produtos, Heredia, Palmeira e Leite, 2010.

audiovisuais e algumas publicações impressas, realizados com o apoio do então Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Em três estados buscamos, posteriormente, fazer estudos mais aprofundados com alguns daqueles líderes.

Teríamos uma nova frente de trabalho a partir de 2012 no Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE-UFRJ) cuja direção foi assumida por José Sergio Leite Lopes até 2019, quando passaria ao posto de Coordenador do MEMOV (Comissão Memória dos Movimentos Sociais). Isso nos permitiria dar continuidade aos trabalhos que vínhamos fazendo e abrir novas frentes.

Os eixos de trabalho principais, nesse período, foram dois grandes projetos de pesquisa, sob a coordenação de José Sergio Leite Lopes e Beatriz Heredia. O primeiro, visando o entendimento mais profundo de como se dão as relações entre movimentos sociais e Estado e o segundo, um estudo comparativo dos ciclos de greves de São Paulo (do chamado ABC Paulista) e dos trabalhadores rurais da área canavieira de Pernambuco, ambos envolvendo um grande número de pesquisadores ligados a diferentes centros de pesquisa.⁶

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Comerford, J.; Almeida, L.; e Palmeira, M. (2014). “O mundo da participação e os movimentos rurais: entre mobilizações, espaços de interlocução e gabinetes” em Leite Lopes, J. S. e Heredia, B. (org.). *Movimentos Sociais e Esfera Pública: o mundo da participação, burocracia, confrontos, aprendizados incorporados* (67-88). Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Altos Estudos, Fórum de Ciência e Cultura UFRJ; Secretaria Geral da Presidência da República.
- Heredia, B., Palmeira, M. e Leite, S. (2010). Sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 25 (74).
- Leite Lopes, J. S. e Heredia, B. (org.) (2014). *Movimentos Sociais e Esfera Pública: o mundo da participação, burocracia, confrontos, aprendizados incorporados*. Rio de

5 Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Goiás.

6 Os dois projetos resultaram em dois livros, respectivamente: Leite Lopes e Heredia, 2014; e Leite Lopes e Heredia, 2020. Pessoalmente participei da elaboração de um dos artigos do primeiro livro: Comerford, Almeida e Palmeira, 2014. No livro mais recente, contribuí com Palmeira, 2020^a e 2020b.

- Janeiro: Colégio Brasileiro de Altos Estudos, Fórum de Ciência e Cultura UFRJ; Secretaria Geral da Presidência da República.
- Leite Lopes, J. S. e Heredia, B. (org.) (2020). *Movimentos Cruzados, Histórias Específicas: estudo comparado das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Leite, S., Heredia, B., Medeiros, L., Palmeira, M. e Cintrão, R. (2004). *Impactos dos assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro*, Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: NEAD; São Paulo: Editora UNESP.
- Leite, S., Heredia, B., Medeiros, L., Palmeira, M. e Cintrão, R. (2006). Os assentamentos rurais e as perspectivas de reforma agrária no Brasil. *Propostas Alternativas 29*.
- Leite, S., Heredia, B., Medeiros, L., Palmeira, M. e Cintrão, R. (2007). Impactos econômicos dos assentamentos rurais no Brasil: análise de suas dimensões regionais. *Economia Ensaio 22* (1).
- Palmeira, M. (1976). “Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste”, in *Anuário Antropológico*.
- Palmeira, M. (2014). Memorial do Candidato, *Mana 20* (2).
- Palmeira, M. (2020a). “Conflitos de classe sob regime autoritário: o caso do Nordeste” em Leite Lopes, J. S. e Heredia, B. (org.). *Movimentos Cruzados, Histórias Específicas: estudo comparado das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros* (451-489). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.,
- Palmeira, M. (2020b). “Greve em Pernambuco” em Leite Lopes, J. S. e Heredia, B. (org.). *Movimentos Cruzados, Histórias Específicas: estudo comparado das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros* (490-498). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.